

COMUNICADO 09/2016

UM TESOURINHO... DEPRIMENTE

A Comissão de Trabalhadores vem dar as boas vindas ao Dr. André Macedo, que irá ocupar o lugar de Diretor-Adjunto de Informação, aproveitando para fazer uma pequena apresentação aos restantes trabalhadores deste nosso novo colega. Apresentação que, na realidade, deixaremos que seja feita pelo próprio, através da reprodução de um pequeno texto que o mesmo apelidou - muito a propósito - de "**O tesourinho**".

A CT congratula-se que se mantenha neste, como noutros casos, o efeito transformador que a mudança de circunstâncias profissionais de natureza pessoal parece ter na opinião de alguns comentadores acerca da qualidade, importância e necessidade do serviço público de rádio e televisão que a RTP presta. Até porque, partilhando um património de coerência e honestidade intelectual com grandes nomes da nossa praça como Mário Crespo e Eduardo Cintra Torres, decerto o Dr. André Macedo jamais teria aceitado o lugar na Direcção de Informação da RTP se a transformação operada nestes últimos anos naquilo que fazemos não fosse tão épica que de "circo" passámos a "*La Scala*".

A esta constatação decerto se juntará a satisfação do nosso novo colega pela alteração da Lei da Imprensa que permite que um Diretor-Adjunto de Informação seja empossado depois de ter sido chumbado pelo seu próprio Conselho de Redação.

Seja portanto bem-vindo à RTP, caro colega... estamos apresentados.

Lisboa, 23 de Agosto de 2016

A Comissão Trabalhadores da RTP

Diário Económico

07-09-2007

EDITORIAL

ANDRÉ MACEDO

Director Adjunto

amacedo@economicasqps.com



O tesourinho

A RTP vai receber este ano 150 milhões de euros de indemnização compensatória pelo serviço público que presta. Trinta milhões dos velhos contos. A pergunta também tem barbas: presta mesmo serviço público? Faz sentido o Estado gastar dinheiro numa programação que pouco traz de relevante ao país? A RTP e seus derivados fazem mesmo serviço público? A resposta é simples: a Rádio Televisão Portuguesa não faz falta nenhuma. Não se perderia nada de substantivo se o canal público desaparecesse de vez. A prazo, o mercado - essa entidade diabólica - encarregar-se-ia de preencher o pequeno vazio com mais competência e menos custos para o erário público. A democratização das fontes de informação e o acesso rápido e barato ao entretenimento tornaram redundante e inútil a intervenção pública directa neste mercado. A RTP só existe porque é um anacronismo que ainda dá jeito a alguma gente. Não há nobreza nenhuma nesta negociação. O serviço público é um disfarce.

O que acontece em Portugal é, no entanto, idêntico ao que se passa nos outros países da União Europeia. Não somos uma bizzarria. As televisões públicas existem, comem parte do bolo publicitário dos operadores privados (a preço de tabela, em Portugal, 60 milhões num universo de 388 milhões), dão um empurrãozinho aos partidos do governo e, ano após ano, subsistem e alimentam as suas clientelas particulares. No fundo, no meio de muito telelixo, fazem alguns documentários de qualidade e patrocinam uns poucos telefilmes de autor que, no limite, só servem um objectivo final: justificar, com o inevitável banho de pseudo-cultura televisiva, o 'statu quo' de uma classe de devoristas. Ou seja, só servem para disfarçar a indigência generalizada da sua programação.

Quanto custa, então, subsidiar este vício? O que seria muito dinheiro para qualquer investidor privado, na perspectiva do Estado parece apenas um pingo num oceano: 150 milhões de euros. Para as contas públicas, habituadas a valores com zeros bem gordos, trata-se apenas de 0,3% da despesa total do subsector Estado, avaliada em 44 mil milhões de euros por ano. Acontece que não deveria ser assim. O problema do défice tem na sua origem precisamente essa abordagem superficial: como não custa muito e até pode dar jeito, nenhum governo ou partido de governo, jamais assumiu a intenção de enfrentar o problema. O mais longe que se chegou foi a proposta de pôr um fim à RTP2 e tentar controlar o desperdício que imperava no principal canal público. O resto, o debate sério e profundo sobre as funções do Estado e a inutilidade da televisão pública, não merecerá tempo de antena. O nosso tesourinho deprimente ainda tem muitos anos de vida. O circo não se reforma por dentro, mas um dia vem abaixo. ■